



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/123979-7
JUCERJA
3330031432-6
Atos: 980
ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S/A
HASH: A15041239797Q
Junta » Calculado: 459,00
DNRC » Calculado: 0,00
Pago: (473,00)
Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 00002752312 20/04/2015 301

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF) CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA
33.3.00314232-6 (vide Tabela 1)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S/A
Nire: 33.3.0031432-6
Protocolo: 00-2015/123979-7 - 22/04/2015
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.
ED33000616-1/000
DATA: 24/04/2015
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S/A

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE. DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

01 980 ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBENTURES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO

Local

20 / 04 / 2015

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: JULIO CESAR DOS SANTOS

Assinatura:

Telefone de contato: (21) 3550-9150

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

3.1.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da Junta

Vitor Hugo F. Gonçalves

Paulo de Aguiar Paiva

Vogal-Juiz

Rat. 355-7

OBSERVAÇÕES:

81/2. 24/4

IMPRESSO PRODUTOS E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. Tel: (21) 2471-1690 - Ref: 1831 - Rua Count. 305 - Colégio - RM - RJ - CEP: 13.546.982/0001-63 Ind. Bras.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S/A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903261

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL DA ECOSTEEL GESTÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S.A.**

03

ENTRE

ECOSTEEL GESTÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S.A.,
COMO EMISSORA


E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADO DE
13 DE ABRIL DE 2015

2

DF 4


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



Pelo presente instrumento particular,

- (a) **ECOSTEEL GESTÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida João XXIII, s/nº (parte), Santa Cruz, CEP 23.560-352, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 21.467.016/0001-89, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**"); e
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, conforme definido no item 3.1 abaixo, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Agente Fiduciário**");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da Ecosteel Gestão de Efluentes Industriais S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

- 1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:
- 1.1.1. "**Acionistas**": possui o significado atribuído no item 2.4;
- 1.1.2. "**Ações**": possui o significado atribuído no item 5.9.1.3;
- 1.1.3. "**AGE da Emissora**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.4. "**Agente Fiduciário**": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;
- 1.1.5. "**Amortização Extraordinária**": possui o significado atribuído no item 5.14.1;



1903263

- 1.1.6. "ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.7. "Anexo I": possui o significado atribuído no item 5.7.3;
- 1.1.8. "Anexo II": possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.9. "Anexo III": possui o significado atribuído na alínea (bb) do item 6.1.1;
- 1.1.10. "Assembleia Geral de Debenturistas": possui o significado atribuído no item 10.1.1;
- 1.1.11. "Banco Depositário": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.12. "Banco Liquidante de Emissão": possui o significado atribuído no item 11.2;
- 1.1.13. "CCB Finame": possui o significado atribuído no item 5.9.3;
- 1.1.14. "CETIP": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.15. "CNPJ/MF": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.16. "Conta Centralizadora": possui o significado atribuído no inciso (ii) do item 5.9.1.1;
- 1.1.17. "Conta Reserva": possui o significado no inciso (i) do item 5.9.1.2;
- 1.1.18. "Contrato de Alienação Fiduciária": possui o significado atribuído no item 5.9.1.3;
- 1.1.19. "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.20. "Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva": possui o significado atribuído no item 5.9.1.2;



- 06
- 1.1.21. **"Contrato de Compartilhamento"**: possui o significado atribuído no item 5.9.3;
- 1.1.22. **"Contrato de Distribuição"**: possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.23. **"Contrato de Fornecimento"**: possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.9.1.1;
- 1.1.24. **"Contrato de Suporte"**: possui o significado atribuído no item 5.10.1;
- 1.1.25. **"Contratos de Garantia"**: possui o significado atribuído no item 5.9.2;
- 1.1.26. **"Controlada"**: possui o significado atribuído na alínea (j) do item 6.1.1;
- 1.1.27. **"Controle"**: possui o significado atribuído na alínea (j) do item 6.1.1;
- 1.1.28. **"Coordenador Líder"**: possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.29. **"CVM"**: possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.30. **"Data de Emissão"**: possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.31. **"Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"**: possui o significado no item 5.7.3;
- 1.1.32. **"Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios Mensais"**: possui o significado no item 5.7.2;
- 1.1.33. **"Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios Trimestrais"**: possui o significado no item 5.7.1;
- 1.1.34. **"Data de Vencimento"**: possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.35. **"Datas de Amortização"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.36. **"Debêntures"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- df


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903265

- 1.1.37. "**Debêntures em Circulação**": possui o significado atribuído no item 10.2.2;
- 1.1.38. "**Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 5.1.5;
- 1.1.39. "**Dia Útil**": possui o significado atribuído no item 12.8.2;
- 1.1.40. "**Emissão**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.41. "**Emissora**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.42. "**Escritura de Emissão**": significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da Ecosteel Gestão de Efluentes Industriais S.A.;
- 1.1.43. "**Escriturador Mandatário**": possui o significado atribuído no item 11.1;
- 1.1.44. "**Evento de Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.45. "**Fato Relevante**": possui o significado atribuído na alínea (f) do inciso (i) do item 7.1.1;
- 1.1.46. "**Garantias**": possui o significado atribuído no item 5.9.1;
- 1.1.47. "**IGP-M/FGV**": possui o significado atribuído no item 9.2.6;
- 1.1.48. "**Índices Financeiros**": possui o significado atribuído na alínea (bb) do item 6.1.1;
- 1.1.49. "**Instrução CVM 28**": possui o significado atribuído no inciso (xxxi) item 7.1.1;
- 1.1.50. "**Instrução CVM 358**": possui o significado atribuído na alínea (e) do inciso (i) do item 7.1.1;



1.1.51. "Instrução CVM 400": possui o significado atribuído do inciso (xvi) do item 7.1.1;

1.1.52. "Instrução CVM 476": possui o significado atribuído no item 3.4.1;

1.1.53. "Investidores Qualificados": possui o significado atribuído no item 4.6.2;

1.1.54. "Investimentos Permitidos da Conta Centralizadora": possui o significado atribuído no inciso (iii) do item 5.9.1.1;

1.1.55. "Investimentos Permitidos da Conta Reserva": possui o significado atribuído no inciso (ii) do item 5.9.1.2;

1.1.56. "IPCA": possui o significado atribuído no item 6.1.8;

1.1.57. "JUCERJA": possui o significado atribuído no item 3.2.1;

1.1.58. "Jornais de Publicação da Emissora": possui o significado atribuído no item 3.2.1;

1.1.59. "Juros Remuneratórios": possui o significado atribuído no item 5.6.1;

1.1.60. "Legislação Socioambiental": possui o significado atribuído na alínea (n) do item 6.1.1;


1.1.61. "Lei das Sociedades por Ações": possui o significado atribuído no item 2.1;

1.1.62. "Lei nº 4.728/65": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;

1.1.63. "MDA": possui o significado atribuído no item 3.6.1;

1.1.64. "Mudança Adversa Relevante": possui o significado atribuído no inciso (ix) do item 8.1;

1.1.65. "Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária": possui o significado atribuído no item 5.14.6;


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903267

- 09/11
- 1.1.66. "Odebrecht S.A." : possui o significado atribuído na alínea (j) do item 6.1.1;
- 1.1.67. "Oferta Restrita": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.68. "OIP": possui o significado atribuído no item 2.4;
- 1.1.69. "OU": possui o significado atribuído no item 2.3;
- 1.1.70. "Período de Capitalização": possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.71. "Período de Carência": possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.72. "Prêmio": possui o significado atribuído no item 5.14.4;
- 1.1.73. "Projeto": possui o significado atribuído no item 4.2.1;
- 1.1.74. "Quorum Qualificado": possui o significado atribuído no item 5.6.6;
- 1.1.75. "RD da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.76. "Resgate Antecipado": possui o significado atribuído no item 5.14.1;
- 1.1.77. "Sob Controle Comum": possui o significado atribuído na alínea (j) do item 6.1.1;
- 1.1.78. "Taxa DI": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.79. "Taxa Substitutiva": possui o significado atribuído no item 5.6.4;
- 1.1.80. "TKCSA": possui o significado atribuído no item 4.1.1;
- 1.1.81. "Valor Nominal Unitário": possui o significado atribuído no item 5.1.1.

CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÕES

- 2.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada em Reunião de Diretoria da Emissora, realizada em 10 de abril de 2015 ("RD da Emissora"), e em

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1




Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 10 de abril de 2015 ("**AGE da Emissora**"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do estatuto social da Emissora.

- 2.2. A celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme definido no item 5.9.1.1 abaixo, e do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva, conforme definido no item 5.9.1.2 abaixo, é realizada de acordo com as deliberações tomadas em RD da Emissora e AGE da Emissora.
- 2.3. A celebração do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme definido no item 5.9.1.3 abaixo, pela Odebrecht Utilities S.A. ("**OU**") é realizada de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da OU a ser realizada anteriormente à Data de Emissão.
- 2.4. A celebração do Contrato de Alienação Fiduciária pela Odebrecht Utilities - Investimentos e Participações S.A. ("**OIP**" e, em conjunto com a OU, as "**Acionistas**") é realizada de acordo com a deliberação a ser tomada em Reunião de Diretoria da OIP, anteriormente à Data de Emissão.

CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os requisitos a seguir.
- 3.2. **Arquivamento e Publicação da Ata**
- 3.2.1. A ata da AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão será devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**"); e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil ("**Jornais de Publicação da Emissora**"), nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
- 3.3. **Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos**


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão levados a registro na JUCERJA pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis da data da respectiva assinatura por todas as partes. A Emissora entregará, tempestivamente, ao Agente Fiduciário uma via original, devidamente registrada na JUCERJA, da presente Escritura de Emissão e de cada eventual aditamento após os respectivos registros na JUCERJA.

3.4. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**


3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.5. **Registro na ANBIMA**

3.5.1. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo primeiro, inciso I, e parágrafo segundo, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionada a obrigação de registro na ANBIMA à expedição de diretrizes específicas mediante comunicação ao mercado por referido órgão, até o encerramento da Oferta Restrita.

3.6. **Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



12/

3.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.6.2. Não obstante o descrito no item 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre os Investidores Qualificados, conforme definido no item 4.6.2 abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado à verificação do cumprimento, pela Emissora, das obrigações constantes no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de tratamento de efluentes industriais e esgoto sanitário gerados nas instalações do Complexo Siderúrgico da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico ("TKCSA"), localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (ii) construção, operação e manutenção de Estação de Tratamento de Efluentes Industriais de Esgoto Sanitário.

4.2. Destinação dos Recursos da Emissão

4.2.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissão serão utilizados exclusivamente pela Emissora para a construção, operação e manutenção de Estação de Tratamento de Efluentes Industriais e de Esgoto Sanitário ("ETE"), a ser implementada nas instalações da TKCSA, nos termos do contrato de prestação de serviço na modalidade *take-or-pay* (*Service Agreement Relating to Treatment of Raw Effluents*) celebrado entre a Emissora e a TKCSA ("Projeto").

4.3. Número da Emissão



1903271

4.3.1. As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.4. **Número de Séries**

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$32.450.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) na Data de Emissão, conforme definido no item 5.1.8. abaixo.

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos e condições a serem estabelecidos no "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da 1ª (Primeira) Emissão da EcoSteel Gestão de Efluentes Industriais S.A.", celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.6.3. No âmbito da Oferta Restrita: (i) será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures deverão ser



1903272

subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item.

- 4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, no mínimo, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476; e (iii) realizou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias, conforme definido no item 5.9.1. abaixo.
- 4.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.
- 4.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em hipótese alguma.
- 4.6.8. O Coordenador Líder e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
- 4.6.9. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.
- 4.6.10. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere esta Cláusula 4.6, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de



1903273

distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 7º-A e no parágrafo segundo do artigo 8º da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"). Nos termos da alínea (b) do item 4.6.2 acima, os Investidores Qualificados que sejam pessoas naturais e jurídicas deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário:** Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 3.245 (três mil, duzentas e quarenta e cinco) Debêntures.
- 5.1.4. Forma.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do parágrafo segundo do artigo 63 da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Comprovação de Titularidade.** A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, emitido pelo Escriturador Mandatário, conforme definido no item 11.1 abaixo, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.
- 5.1.6. Classe.** As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



1903274

5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos, a data da emissão das Debêntures será 15 de abril de 2015 ("**Data de Emissão**").

5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2027 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado das Debêntures.

5.2. **Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures**

5.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por Investidores Qualificados. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, em qualquer data no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido de Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, com duas casas decimais, de acordo com o disposto no item 5.6 abaixo. Para esse fim, a data de subscrição será também a data de integralização.

5.3. **Direito de Preferência**

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.4. **Participação nos Lucros**

5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

5.5. **Prêmio de Reembolso**

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

5.6. **Remuneração das Debêntures**



1903275

4/17

5.6.1. Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no item 12.8.2 abaixo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 3,35% (três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme definido no item 5.6.1 abaixo, imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.2 abaixo ("**Juros Remuneratórios**"). Adicionalmente, nos termos do item 5.1.2 acima, não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. Para fins do cálculo dos Juros Remuneratórios, mesmo que o respectivo pagamento não seja feito via CETIP, deverá ser utilizada como definição de Dia Útil qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

5.6.1.1. Define-se como "Período de Capitalização": (i) para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios; e (ii) para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, ou na data de resgate antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.6.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios devido no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

K
B
07

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903276

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros" é composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = FatorDI x FatorSpread, onde:

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



1903277

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" será de 3,3500 (três inteiros e trinta e cinco centésimos);

"DP" é o número de Dias Úteis entre a data do início do Período de Capitalização e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI", com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

5.6.3. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.



1903278

- 5.6.4. Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI por disposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, conforme definido no item 10.1.1 abaixo, (na forma e nos prazos estipulados nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("**Taxa Substitutiva**"). Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração dos Juros Remuneratórios, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento dos Juros Remuneratórios até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.
- 5.6.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.6.4 acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 5.6.5, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.
- 5.6.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2 abaixo, ("**Quorum Qualificado**"), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último.



1903279

5.6.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos do item 5.6.6 acima serão canceladas pela Emissora. Neste caso, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.6.8. Farão jus aos pagamentos dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

5.7. **Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios**

5.7.1. A partir da Data de Emissão e durante o Período de Carência, conforme definido no item 5.8.1 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos em parcelas trimestrais e consecutivas, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro,, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios será devido em 15 de julho de 2015 e o último pagamento dos Juros Remuneratórios no Período de Carência será devido em 15 de abril de 2017, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado das Debêntures ("**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios Trimestrais**").

5.7.2. Após o Período de Carência, os Juros Remuneratórios serão pagos em parcelas mensais e consecutivas, no dia 15 de cada mês, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios após o Período de Carência será devido em 15 de maio de 2017 e o último pagamento dos Juros Remuneratórios será devido na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado das Debêntures ("**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios Mensais**").

5.7.3. Qualquer Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios Trimestrais ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios Mensais corresponderá a uma "**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**", conforme descritas no anexo I à presente Escritura de Emissão ("**Anexo I**").

5.8. **Amortização das Debêntures**

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



22

5.8.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira parcela devida no 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive), contado da Data de Emissão ("**Período de Carência**"), ou seja, em 15 de abril de 2017 ("**Datas de Amortização**"), conforme descrito na tabela indicada no anexo II à presente Escritura de Emissão ("**Anexo II**").


5.9. **Garantias**

5.9.1. Em garantia do correto, fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão ou em relação às Debêntures, incluindo, sem limitação, os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração, todos os encargos moratórios, multas decorrentes de eventual atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures e todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo, gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais, as Debêntures contarão com as seguintes garantias (em conjunto, as "**Garantias**"):

5.9.1.1. **Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**. As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária em garantia, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 ("**Lei nº 4.728/65**"), conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 e alterações posteriores, artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e alterações posteriores, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e alterações posteriores ("**Código Civil**") e nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("**Banco Depositário**" e "**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**", respectivamente):

- (i) dos direitos creditórios, de que a Emissora é titular, decorrentes do contrato de prestação de serviço na modalidade *take-or-pay* (*Service*

22


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903281

23

Agreement Relating to Treatment of Raw Effluents) celebrado entre a Emissora e a TKCSA em 31 de março de 2015 ("**Contrato de Fornecimento**"), inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária;

- (ii) de todos e quaisquer recursos depositados e que venham a ser depositados e mantidos na conta corrente nº 8541, agência nº 22476-5, mantida pela Emissora junto ao Banco Depositário, destinada exclusivamente para receber todos os recursos decorrentes do Contrato de Fornecimento ("**Conta Centralizadora**"); e
- (iii) de eventuais aplicações e investimentos realizados com os recursos da Conta Centralizadora, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos, frutos e rendimentos ("**Investimentos Permitidos da Conta Centralizadora**"), bem como recursos resultantes das amortizações e resgates dos Investimentos Permitidos da Conta Centralizadora.

5.9.1.2. Cessão Fiduciária de Conta Reserva. As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária em garantia, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 e alterações posteriores, artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e alterações posteriores, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Conta Reserva e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva**") sobre a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios de que a Emissora é titular, decorrentes:

- (i) de todos e quaisquer recursos depositados e que venham a ser depositados e mantidos na conta corrente nº 8541, agência nº 22477-3, mantida pela Emissora junto ao Banco Depositário, destinada exclusivamente para a constituição e manutenção de conta reserva ("**Conta Reserva**") no valor mínimo equivalente ao total de: a (i) 3 (três) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures e dos Juros Remuneratórios; e (ii) 3 (três) parcelas

27

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903282

vincendas de principal e juros remuneratórios devidos pela Emissora nos termos das CCB Finame, conforme definido abaixo ("**Saldo Integral da Conta Reserva**"); e

- (ii) eventuais aplicações e investimentos realizados com os recursos da Conta Reserva, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos, frutos e rendimentos ("**Investimentos Permitidos da Conta Reserva**"), bem como recursos resultantes das amortizações e resgates dos Investimentos Permitidos da Conta Reserva.

5.9.1.3. Alienação Fiduciária de Ações. As Debêntures são garantidas por alienação fiduciária em garantia, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, dos artigos 40, 100, inciso I e 113 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, as Acionistas, Itaú Unibanco S.A., na qualidade de credor da Emissora em razão da CCB Finame ("**Contrato de Alienação Fiduciária**"), sobre a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de 1.000 (mil) ações de emissão da Emissora representando 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, na data de Emissão ("**Ações**"). A alienação fiduciária, objeto do Contrato de Alienação Fiduciária, compreende todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das ações representando o capital social da Emissora.

5.9.2. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva e o Contrato de Alienação Fiduciária são referidos, em conjunto, como "**Contratos de Garantia**".

5.9.3. A cessão fiduciária de direitos creditórios descrita no item 5.9.1.1 acima e a alienação fiduciária de Ações descrita no item 5.9.1.3 acima serão constituídas e compartilhadas com o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de credor e agente financeiro, em decorrência da: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 000050004065800; (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 000050004062600; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 000050004072000; e (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 000050004072500, no valor total de principal de R\$2.548.515,76 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e setenta e seis centavos), emitidas pela Emissora, em 26 de dezembro de 2014



1903283

(em conjunto, "CCB Finame"), de acordo com os termos e condições do "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças" celebrado entre o Itaú Unibanco S.A., o Agente Fiduciário e a Emissora ("Contrato de Compartilhamento").

5.10. Suporte de Acionista

5.10.1. A OU obriga-se, nos termos do "Contrato de Suporte de Acionista e Outras Avenças", celebrado entre a OU, a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Suporte"), a aportar recursos financeiros na Emissora, ou providenciar que os mesmos sejam aportados na Emissora, necessários para que a mesma utilize tais recursos na ETE de maneira que este seja concluído conforme o custo e prazo inicialmente previstos pela Emissora, nos termos do Contrato de Suporte. Adicionalmente, nos termos do Contrato de Suporte, a OU obriga-se a aportar na Emissora os recursos necessários para que a Emissora cumpra pontualmente toda e qualquer obrigação pecuniária ou penalidade prevista no Contrato de Fornecimento, relacionada a atrasos ou não conformidades na conclusão da ETE Projeto, bem como ao não atendimento de cronograma até o início da prestação do serviço e comprovação do primeiro pagamento devido pela TKCSA no âmbito do Contrato de Fornecimento. A obrigação descrita neste item somente será válida e permanecerá em vigor da data de assinatura do Contrato de Suporte até : (i) a emissão do certificado de conclusão operacional, ou *Certificate of Operational Release* ("COR"), de acordo com os termos e condições da cláusula 6.3.1. do Contrato de Fornecimento; bem como (ii) a ocorrência do pagamento do primeiro valor mensal fixo, ou *Monthly Fixed Fee*, a ser realizado pela TKCSA à Interveniente nos termos da cláusula 7.1.1. do Contrato de Fornecimento.

5.10.2. Nos termos do Contrato de Suporte e respeitadas suas condições, a OU obriga-se, ainda, a realizar aportes, na Emissora, de recursos necessários para a cobertura de quaisquer insuficiências para pagamento de todas as obrigações financeiras, vincendas ou vencidas, principais, acessórias, moratórias, assumidas ou que venham a ser assumidas com relação às Debêntures e às CCB Finame, nos termos da CCB Finame e da presente Escritura de Emissão e observados os respectivos prazos de cura, incluindo, sem limitação, os valores devidos a título de principal e remuneração, todos os encargos moratórios, multas, comissões, penalidades e quaisquer outros encargos, inclusive para



1903284

pagamento decorrente do vencimento antecipado das Debêntures e da CCB Finame. A eficácia da obrigação de aporte prevista neste item 5.10.2 está subordinada à efetiva ocorrência das hipóteses elencadas no Contrato de Suporte.

- 5.11. Os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento serão registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos prazos e formas previstos nos respectivos instrumentos.

5.12. **Condições de Pagamento**

- 5.12.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão realizados conforme o disposto nos itens a seguir.

5.12.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão realizados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora; ou (b) por meio do Escriturador Mandatário.

5.12.1.2. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- 5.12.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, as datas para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando não coincidirem com Dia Útil.



5.12.3. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios ou dos encargos moratórios aplicáveis no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.13. **Repactuação**

5.13.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.14. **Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária**

5.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a contar da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou a amortização extraordinária das Debêntures, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o procedimento descrito abaixo ("**Resgate Antecipado**" e "**Amortização Extraordinária**", respectivamente).

5.14.2. O Resgate Antecipado das Debêntures será realizado pela Emissora mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do pagamento do Resgate Antecipado, acrescido do Prêmio, conforme definido no item 5.14.4 abaixo;

5.14.3. A Amortização Extraordinária será realizada pelo pagamento do percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a Data da Amortização Extraordinária, acrescido do Prêmio.


5.14.4. O valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme previstos respectivamente nos itens 5.14.2 e 5.14.3 acima, será acrescido de um



1903286

prêmio sobre o valor resgatado ou amortizado, conforme o caso ("Prêmio"), de acordo com a tabela abaixo, e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso:

Data do Resgate ou Amortização Extraordinária (contada a partir a Data de Emissão)	Prêmio <i>flat</i>
entre 15 de abril de 2015 e 14 de outubro de 2015	0,56%
entre 15 de outubro de 2015 e 14 de abril de 2016	0,53%
entre 15 de abril de 2016 e 14 de outubro de 2016	0,52%
entre 15 de outubro de 2016 e 14 de abril de 2017	0,52%
entre 15 de abril de 2017 e 14 de outubro de 2017	0,52%
entre 15 de outubro de 2017 e 14 de abril de 2018	0,52%
entre 15 de abril de 2018 e 14 de outubro de 2018	0,52%
entre 15 de outubro de 2018 e 14 de abril de 2019	0,51%
entre 15 de abril de 2019 e 14 de outubro de 2019	0,50%
entre 15 de outubro de 2019 e 14 de abril de 2020	0,48%
entre 15 de abril de 2020 e 14 de outubro de 2020	0,47%
entre 15 de outubro de 2020 e 14 de abril de 2021	0,45%
entre 15 de abril de 2021 e 14 de outubro de 2021	0,44%
entre 15 de outubro de 2021 e 14 de abril de 2022	0,41%


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



entre 15 de abril de 2022 e 14 de outubro de 2022	0,39%
entre 15 de outubro de 2022 a 14 de abril de 2023	0,38%
entre 15 de abril de 2023 e 14 de outubro de 2023	0,36%
entre 15 de outubro de 2023 e 14 de abril de 2024	0,32%
entre 15 de abril de 2024 e 14 de outubro de 2024	0,29%
entre 15 de outubro de 2024 e 14 de abril de 2025	0,27%
entre 15 de abril de 2025 e 14 de outubro de 2025	0,22%
entre 15 de outubro de 2025 e 14 de abril de 2026	0,18%
entre 15 de abril de 2026 e 14 de outubro de 2026	0,13%
entre 15 de outubro de 2026 e 14 de abril de 2027	0,09%

5.14.5. A Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária (conforme definido abaixo) deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária das Debêntures; (ii) parcela do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, a ser amortizado, em caso de Amortização Extraordinária ou o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser pago no caso de Resgate Antecipado; (iii) o percentual do Prêmio a ser aplicado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária.

5.14.6. O Resgate Antecipado ou a Amortização Extraordinária deverá ser realizado mediante: (i) comunicação aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, à CETIP, ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante de Emissão, conforme definido no item 11.2 abaixo; ou (ii) publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos do item 12.6.1 abaixo, com, no mínimo, 5 (cinco)



1903288

Dias Úteis de antecedência ("Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária").

5.14.7. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas antecipadamente será feito: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente no referido módulo, na sede da Emissora ou em conformidade com os procedimentos do Escriturador Mandatário, conforme aplicável.

5.14.8. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora.

5.15. **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.15.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir no mercado as Debêntures: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto desse procedimento poderão: (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios, nos termos desta Escritura de Emissão, assim como as Debêntures que ainda estiverem em circulação.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. **Vencimento Antecipado**

6.1.1. Observado o disposto neste item 6.1, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, observados os prazos de cura, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo




1903289

31/

as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos pela Emissora, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, decretação de falência da Emissora; pedido de autofalência da Emissora; pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, em valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e não contestado devidamente nos termos do artigo 98 da Lei 11.101, no referido prazo legal; ou pedido, pela Emissora, de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente do deferimento de tal pedido;
 - (b) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia ou das obrigações pecuniárias de aporte do Contrato de Suporte, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado do vencimento original;
 - (c) descumprimento pela Emissora ou pela OU, conforme o caso, de quaisquer obrigações não pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou no Contrato de Suporte, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
 - (d) qualquer incorreção ou omissão substancial ou falsidade, nas declarações prestadas pela Emissora nos documentos da Emissão, da Oferta Restrita ou em qualquer notificação ao Agente Fiduciário;
 - (e) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
 - (f) se a presente Escritura de Emissão ou qualquer dos Contratos de Garantia ou o Contrato de Suporte, ou qualquer uma de suas
- 29


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1




1903290

32
1

disposições substanciais forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas, inexequíveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;

- (g) rescisão do Contrato de Fornecimento;
- (h) alteração ou modificação do Contrato de Fornecimento, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, com o objetivo de modificar ou excluir a previsão de volumes mínimos de tratamento de efluentes, preço mínimo, as condições de pagamento, o prazo de vigência e/ou natureza *take-or-pay* da prestação de serviços;
- (i) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora, exceto se: (a) previamente aprovado pelos Debenturistas; (b) se as sociedades resultantes da cisão, fusão ou incorporação da Emissora permanecerem dentro do grupo econômico da Emissora; ou (c) se assegurado aos Debenturistas o direito de resgate previsto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações. Na exceção disposta na alínea (b) deste item, referida cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações somente será permitida desde que não comprometa a validade ou a exequibilidade do Contrato de Fornecimento ou o cumprimento das obrigações, pela Emissora, decorrentes do Contrato de Fornecimento perante a TKCSA, condições essas a serem evidenciadas por meio de declaração da Emissora enviada ao Agente Fiduciário, cujo teor se encontra nos termos do Anexo IV à presente;
- (j) mudança e/ou transferência de Controle da Emissora e/ou das Controladas, (i) por meio da qual a Odebrecht S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.382.530/0001-44 ("**Odebrecht S.A.**"), deixe de deter, direta ou indiretamente, o Controle da Emissora, ou (ii) cuja mudança ou transferência de Controle comprometa o cumprimento do Contrato de Fornecimento pela Emissora perante a TKCSA. Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se "**Controle**" a definição dada pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, aplicando-se a mesma definição para "**Controlada**" ou "**Sob Controle Comum**";

24


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903291

- (k) inadimplemento de obrigações pecuniárias da Emissora que não as descritas na alínea (b) deste item 6.1.1, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), desde que respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos contratos, salvo se no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil da data da ocorrência do respectivo inadimplemento, for comprovado, pela Emissora, que tal inadimplemento ocorreu indevidamente;
- (l) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras decorrentes de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional: (i) pela Emissora e/ou suas Controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); ou (ii) pela OU, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (m) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou Controladas, cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo; ou (iv) o protesto ocorreu no âmbito de autos de infrações ou certidões de dívida ativa decorrentes de discussões tributárias ou previdenciárias conduzidas de boa fé pela Emissora;
- (n) inobservância da legislação socioambiental e das condicionantes das licenças e autorizações socioambientais da Emissora. Para fins desta Escritura de Emissão, "**Legislação Socioambiental**" significa a legislação e a regulamentação ambiental e trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional aplicáveis à Emissora, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho escravo e infantil;
- (o) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora, que importem em crime contra o meio ambiente ou crimes relacionados ao incentivo à prostituição;



- (p) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações, licenças e outorgas, inclusive as ambientais, exigidas para operar e manter as operações do Projeto, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, e da Emissora;
- (q) concessão de medida liminar que inviabilize ou gere a paralisação das atividades da Emissora, desde que tal medida liminar não seja revertida em até 30 (trinta) dias corridos, e desde que não gere rescisão do Contrato de Fornecimento;
- (r) a inscrição da Emissora, ou das demais partes a elas subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor da Emissora no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2012, do Ministério do Trabalho e do Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos;
- (s) existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado, independente do valor, de natureza condenatória contra a Emissora ou contra qualquer de suas Controladas que verse sobre Legislação Socioambiental, conforme definido no item (n) acima;
- (t) existência de qualquer decisão judicial, excetuando-se as decisões mencionadas na alínea (s) acima, que tenham sido transitada em julgado, de natureza condenatória contra a Emissora ou contra qualquer de suas Controladas com valor, individual ou agregado, igual ou superior, a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (u) pagamento pela Emissora de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;



1903293

- (v) venda ou alienação, a qualquer título, ou criação de ônus ou gravame sobre ativos atuais de titularidade da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, exceda R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais);
- (w) contratação de novas dívidas sem a prévia e expressa concordância dos Debenturistas, exceto: (i) dívidas para reposição de ativos fixos no montante, individual ou agregado, de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (ii) dívidas para capital de giro no montante, individual ou agregado, de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); (iii) mútuos com partes relacionadas ou adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), desde que os recursos provenientes de tais mútuos ou AFAC: (iii.1) sejam utilizados pela Emissora exclusivamente na construção da ETE; e (iii.2) sejam no valor máximo, individual ou agregado, de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e (iv) quaisquer outras dívidas ou AFAC emitidos ou realizados para fins de Aporte (conforme definido no Contrato de Suporte), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Suporte. Considerando os 2 (dois) limites mencionados nos subitens (i) e (ii) desta alínea, a Emissora poderá onerar os ativos fixos novos adquiridos;
- (x) redução de capital social da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto se comprovado pela Emissora, por meio do envio ao Agente Fiduciário de cópia das respectivas atas de assembleia geral de acionistas da Emissora, que tal redução de capital tenha sido para compensar prejuízos acumulados e que não implicou em retirada de caixa da Emissora;
- (y) destinação pela Emissora dos recursos líquidos captados com a Emissão das Debêntures em desacordo com o previsto no item 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
- (z) alteração do objeto social da Emissora de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios explorados pela Emissora;

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



- (aa) questionamento judicial, pela Emissora ou por sua(s) Controlada(s) de quaisquer termos desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia ou do Contrato de Suporte;
- (bb) não observância dos Índices Financeiros calculados de acordo com o **Anexo III** desta Escritura, a serem acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos no Anexo III desta Escritura ("**Índices Financeiros**");
- (cc) ocorrência de vencimento antecipado das CCB Finame, de acordo com os seus respectivos termos; ou
- (dd) não substituição ou reforço das garantias objeto dos Contratos de Garantia, de modo a recompô-las integralmente, de acordo com os respectivos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Garantia ou nulidade ou perda de eficácia ou anulação da obrigação de aporte objeto do Contrato de Suporte.

6.1.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado deverá ser prontamente comunicada, pela Emissora, ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis da sua ciência pela Emissora. Sem prejuízo disso, o Agente Fiduciário deverá, a partir de sua ciência por qualquer meio, exercer seus deveres descritos neste item 6.1.

6.1.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (e), (g), (i), (j), (k), (l), (q), (u), (w), (x) e (cc) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, sendo que qualquer Debenturista poderá exigir o pagamento de todos e quaisquer valores devidos, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, encargos e honorários advocatícios, se aplicáveis. Assim que ciente da ocorrência de qualquer vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário formalizará tal vencimento antecipado por meio de notificação encaminhada à Emissora.

6.1.4. Na ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 6.1.3 acima, o Agente Fiduciário ou os Debenturistas deverão convocar,



1903295

em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da ciência da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca do não vencimento antecipado das Debêntures, conforme deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este parágrafo deverá ser realizada no prazo de: (i) 8 (oito) dias, a contar da primeira convocação; ou (ii) 5 (cinco) dias, a contar da segunda convocação, se aplicável. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quórum* será interpretada como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

- 6.1.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, observadas as condições e os procedimentos descritos nos itens acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora com relação às Debêntures. O pagamento de que trata este parágrafo deverá ser realizado pela Emissora em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação acerca do vencimento antecipado das Debêntures, conforme descrito acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios descritos no item 5.12.1.2 da presente Escritura de Emissão.
- 6.1.6. Na hipótese de: (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.1.4 acima por falta de *quórum*, mesmo após segunda convocação; ou (ii) não ser alcançado o quórum mínimo indicado para deliberação acerca do não vencimento antecipado das Debêntures, conforme item 6.1.4, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.
- 6.1.7. O Agente Fiduciário deverá comunicar à CETIP sobre o vencimento antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do seu pagamento.



1903296

- 6.1.8. Todos os valores previstos nas alíneas (k), (l), (m), (s), (v) e (w) do item 6.1.1 acima deverão ser atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA").

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

- 7.1.1. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando ao Agente Fiduciário na mesma data prevista acima: (c.i) as respectivas demonstrações financeiras; (c.ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (A) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (B) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (C) que não foram

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903297

praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (C.iii) memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos referidos Índices Financeiros, elaborada pela Emissora ou pelos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme o caso, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme o caso, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de "**Fato Relevante**", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente à instituição intermediária líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão, o Agente Fiduciário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures, arcando com os custos devidos;
- (iii) apresentar em até 2 (dois) Dias Úteis ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903298

- 30
7
- (iv) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis, em até 2 (dois) Dias Úteis da data de ciência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
 - (v) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures. Tal comunicação deverá ser feita na forma e no prazo estipulados no item 6.1.2 da presente Escritura de Emissão;
 - (vi) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário, com relação à cisão, fusão ou incorporação, de ações, inclusive, da Emissora nas quais, após sua implementação, a Emissora continue fazendo parte do grupo econômico da Odebrecht S.A.;
 - (vii) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis, com relação a operações que impliquem na mudança ou transferência de Controle da Emissora ou de suas Controladas, nos casos em que a Odebrecht S.A. mantenha, direta ou indiretamente, o Controle da Emissora, declarando, ainda, que tal operação não compromete o cumprimento do Contrato de Fornecimento;
 - (viii) não conceder qualquer espécie de empréstimo, garantia ou efetuar qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas que exceda, no montante individual ou agregado, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por ano, atualizado pelo IPCA desde a Data de Emissão, sem prévia e expressa concordância dos Debenturistas. Para fins deste item, "**empresa ligada**" significa a Odebrecht Ambiental S.A. e suas Controladas;
 - (ix) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo de vigência da Escritura
- 38

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903299

de Emissão, a Legislação Socioambiental, bem como as demais leis, normas e regulamentos necessários ao regular funcionamento de suas atividades;

- (x) informar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, da data em que vier a tomar ciência **(a)** da ocorrência de qualquer irregularidade ou evento, relacionado à Emissora, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma da Legislação Socioambiental, que possa afetar a condução das atividades da Emissora; ou **(b)** de obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional;
- (xi) possuir as licenças e outorgas, inclusive as ambientais, que estejam a cargo da Emissora e exigidas para operação do Projeto de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto e, quando solicitado, disponibilizar cópias das referidas licenças e outorgas, em até 5 (cinco) Dias Úteis do respectivo pedido, ao Agente Fiduciário;
- (xii) sem prejuízo do disposto no item (xi) acima, quando solicitado pelo Agente Fiduciário, requerer a emissão ou a obtenção, conforme o caso, em até 5 (cinco) Dias Úteis do respectivo pedido, de todos os documentos, tais como, laudos, estudos, relatórios, etc. previstos na Legislação Socioambiental, bem como a informar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade sobre referido requerimento, sendo certo que os documentos indicados neste item deverão ser enviados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção da Emissora dos referidos documentos;
- (xiii) independente de culpa, ressarcir os Debenturistas e o Agente Fiduciário, conforme o caso, de qualquer quantia que esse comprovadamente seja compelido a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar os Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, ou este último, por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de




1903300

62

dano socioambiental ou trabalhista, em todo caso desde que decorrente de sentença judicial transitada em julgado ou decisão administrativa da qual não caiba recurso. O Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, se compromete a imediatamente informar a Emissora caso seja compelido a pagar qualquer valor por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional ou por conta de qualquer dano socioambiental ou trabalhista que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, devendo contratar um assessor jurídico de primeira linha para representar os Debenturistas e o Agente Fiduciário e conduzir o processo em boa fé e no melhor interesse dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;

- (xiv) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis da data de sua ciência de qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
 - (xv) na hipótese de ocorrer qualquer alteração ao Contrato de Fornecimento, diferente daquelas definidas na alínea (h) do item 6.1.1, a Emissora deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data de sua ciência: (i) enviar comunicação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, informando-os sobre a referida alteração ao Contrato de Fornecimento; e (ii) apresentar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias úteis da alteração que trata o item (i) acima, declaração de que a referida alteração não prejudica a capacidade operacional da Emissora, bem como de que os novos parâmetros e obrigações são plenamente por ela atingíveis;
 - (xvi) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução da CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("**Instrução CVM 400**");
 - (xvii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável;
- 40


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



- (xviii) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de: (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto se permitido por lei, regulamento ou por decisão, sentença administrativa, judicial ou arbitral, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (xix) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xx) não transferir ou de qualquer outra forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação;
- (xxi) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão ou com os Contratos de Garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xxii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xxiii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações prestadas nos documentos da Emissão e Oferta Restrita;
- (xxiv) manter seguradas as instalações da Emissora, conforme as práticas de mercado em seu setor de atuação;
- (xxv) obter e manter válidas e eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo societárias e governamentais, exigidas:



1903302

(a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

- (xxvi) não realizar mudança ou transferência de Controle da Emissora ou das Controladas, exceto se a Odebrecht S.A. mantiver, direta ou indiretamente, o Controle da Emissora e desde que não comprometa a capacidade de cumprimento do Contrato de Fornecimento;
- (xxvii) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP aplicáveis a esta Emissão, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xxviii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro e manutenção das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxix) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xxx) oferecer informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (xxxi) encaminhar cópia do organograma, de todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização, pelo Agente Fiduciário, do relatório anual previsto na alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e no inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 28**"), que venham a ser expressamente solicitados pelo Agente Fiduciário. As informações financeiras, atos societários e organograma previstos neste item deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório acima destacado na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter Controladores, Controladas, Sob Controle Comum, coligadas, e integrante de bloco de Controle, no encerramento de cada exercício social; e

h
d



1903303

- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) obteve todas as licenças, consentimentos, aprovações e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos de Emissão;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) o registro da ata AGE da Emissora perante a JUCERJA; (b) o registro das Debêntures na CETIP; e (c) o registro dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos, de acordo com os seus respectivos termos;
- (vi) a celebração da presente Escritura de Emissão, a emissão das Debêntures, a celebração dos Contratos de Garantia, a outorga das Garantias e o cumprimento das obrigações aqui previstas foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem, na data de assinatura desta Escritura de Emissão: (a) o estatuto social da Emissora; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; (c) ordem, decisão, sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; ou (d) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora em quaisquer contratos, inclusive financeiros, nem resultarão em: (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data e aquelas decorrentes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias; ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão,


K
d

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903304

- verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 476;
- (viii) todas as informações prestadas pela Emissora e no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer Fato Relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas, nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 476;
- (ix) as informações financeiras da Emissora e da Fiadora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve qualquer Mudança Adversa Relevante, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora. Para os fins desta Escritura de Emissão, **“Mudança Adversa Relevante”** significa qualquer alteração: (a) nas condições de operação, performance, financeira ou socioambientais da Emissora, que possa prejudicar materialmente as atividades da Emissora; ou (b) que impeça o cumprimento, pela Emissora, de suas respectivas obrigações decorrentes dos documentos da Emissão e Oferta Restrita e do Contrato de Fornecimento, conforme o caso, nos termos e condições definidos nos respectivos instrumentos jurídicos;
- (x) possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades e o desenvolvimento do Projeto. Com relação à licença de instalação, considerando que o Projeto é desenvolvido nas instalações do Complexo Siderúrgico da TKCSA localizada em Santa Cruz, Estado do Rio de Janeiro, referida licença será obtida pela TKCSA, nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela TKCSA, a Secretaria de Estado do Ambiente, a Comissão Estadual de Controle Ambiental e o Instituto Estadual do Ambiente, em 30 de março de 2012 e conforme declaração da Emissora de 26 de dezembro de 2014 endereçada ao Coordenador Líder;
- (xi) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903305

47
1

todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis ao estágio em que se encontra os seus negócios, inclusive com o disposto na Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos socioambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social ou do desenvolvimento do Projeto;

- (xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa fé;
- (xiii) não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiv) esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições; e
- (xv) não omitiu nenhum Fato Relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento na Data de Emissão e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta Restrita, em prejuízo dos Debenturistas.

8.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ou garantias prestadas na presente Escritura de Emissão tornarem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Agente Fiduciário

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903306

9.2. **Substituição**

9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora.

9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora realizá-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.2.6 abaixo.

9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso do inciso (ii) do item 9.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pedindo sua substituição.

9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas devendo a deliberação que aprova a referida substituição observar o quórum estabelecido no item 10.4.2 abaixo.

9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA, nos termos do item 3.3.1 desta Escritura de Emissão.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903307

9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.

9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

9.3. Deveres


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903308

9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vi) calcular, em conjunto com a Emissora, os Juros Remuneratórios e da amortização das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) examinar proposta de substituição dos bens dados em garantia, conforme previsto nos Contratos de Garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (ix) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903309

- (x) solicitar, quando julgar estritamente necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xi) convocar, quando aplicável, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve realizar suas publicações;
- (xii) elaborar o relatório anual, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (e) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (f) resgate, amortização, repactuação e pagamento dos Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Emissora;



1903310

52

- (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por suas afiliadas ou por companhias integrantes do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, caso aplicável; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o inciso (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório; (c) na CVM; e (d) na sede do Coordenador Líder;
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva realizar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso (xiii) acima;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xvi) comunicar a Emissora acerca da declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (xvii) solicitar, de forma justificada, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;

[Handwritten signature]

51

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



- (xviii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;
- (xxi) divulgar as informações referidas na alínea (j) do inciso (xii) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (xxii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xxiii) encaminhar aos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada; e
- (xxiv) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas

75
/

e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento ou do seu *website*.



1903312

9.4. **Atribuições Específicas**

9.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto nesta Escritura de Emissão;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (iv) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (iv) do item 9.4.1 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do inciso (v) do item 9.4.1 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese,

8
K
H



responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.4.5. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9.5. **Declarações do Agente Fiduciário**

9.5.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



1903314

- (iii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (v) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;
- (vi) que a presente Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (ix) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28; e
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.

9.6. **Remuneração do Agente Fiduciário**

9.6.1. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$7.000,00 (sete mil reais), devidas pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º



(quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.

- 9.6.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 9.6.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 9.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.6.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS); (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.6.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.7. **Despesas**

- 9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível previamente aprovadas pela Emissora.



9.7.2. O ressarcimento pela Emissora a que se refere o item 9.7.1 acima será realizado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. Não obstante o disposto no item 9.7.1 acima, os Debenturistas poderão, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, adiantar, ao Agente Fiduciário, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, tais despesas deverão ser ressarcidas pela Emissora.

9.7.3.1. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.7.3.2. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere este item 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- (iii) despesas com ligações e conferências telefônicas;



- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessários ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.4.1. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com: (o) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido pago ou reembolsado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Assembleia Geral de Debenturistas

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

10.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação da Emissora e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações, ou pela CVM.



10.1.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleia geral de acionistas.

10.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contados da primeira convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da segunda convocação.

10.1.5. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

10.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. **Quorum de Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas**

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que sejam de propriedade da Emissora ou de seus Controladores, diretos ou indiretos, e sociedades Controladas, coligadas ou sob Controle comum, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.



10.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.3. **Mesa Diretora**

10.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela metade dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. **Quorum de Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas**

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular 1 (um) voto, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

10.4.2. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, todas as demais deliberações, incluindo acerca das matérias previstas no item 10.4.3 abaixo, serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação.

10.4.3. As matérias relativas à autorização, pelos Debenturistas, para: (i) a oneração ou realização, pela Emissora, de qualquer tipo de negócio tendo por objeto, direta ou indiretamente, os direitos creditórios cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva; (ii) a substituição da Emissora como fiel depositária dos documentos comprobatórios nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Reserva; ou (iii) a cessão ou alienação fiduciária de novos ativos para fins de reforço de garantia, pela Emissora, nos termos de cada um dos Contratos de Garantia serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação.

10.4.4. Alterações: (i) nas datas de pagamento de principal e juros das Debêntures; (ii) nos Juros Remuneratórios; (iii) na Data de Vencimento das Debêntures, (iv) nas hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; ou (v) nos quóruns de deliberação, deverão contar com



aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

- 10.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI - ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO

- 11.1. O Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário desta Emissão, responsável também pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("**Escriturador Mandatário**").
- 11.2. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco liquidante de emissão da Emissão ("**Banco Liquidante de Emissão**").

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

- 12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Custos de Registro



1903321

12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.3. **Irrevogabilidade**

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.4. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens**

12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4.2. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

12.5. **Título Executivo Extrajudicial**

12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do inciso II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações posteriores (Código de Processo Civil).

12.6. **Publicidade**

12.6.1. Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável de Emissora, deverão ser obrigatoriamente



comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.odebrechtambiental.com/investidores/demonstrativos-financeiros/>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada, ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, entregue pela Emissora a todos os titulares das Debêntures com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, sendo certo que, caso a Emissora altere os Jornais de Publicação da Emissora após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

12.7. Comunicações

12.7.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(i) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ, 22.640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(ii) Se para a Emissora:

ECOSTEEL GESTÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S.A.

Avenida João XXIII, s/nº (parte), Santa Cruz

Rio de Janeiro, RJ, 23.560-352



1903323

At.: Sr. Marcos Tadeu de Castro Macedo / Sra. Mariana Reis
Coutinho
Telefone: (21) 3528-4294/ (21) 3528-8911
e-mail: marcosmacedo@odebrecht.com / mcourtinho2odebrecht.com

(iii) Se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo, SP, 01.452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596

(iv) Se para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2794-2596
Fac-símile: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Se para o Banco Liquidante de Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
CEP 04344-902 São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2794-2596
Fac-símile: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

12.7.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que

seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo tal como recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

12.8. **Prorrogação dos Prazos**

12.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação não coincidir com Dia Útil ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos, devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados declarados nacionais, sábados ou domingos.

12.8.2. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Para fins do cálculo dos Juros Remuneratórios, mesmo que o pagamento não seja feito via CETIP, deverá ser utilizada a definição de Dia Útil qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

12.9. **Verificação de Veracidade**

12.9.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas, incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas respectivas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.



1903325

12.9.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.10. **Lei Aplicável**

12.10.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. **Eleição de Foro**

12.11.1. Fica eleito o foro central da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 13 de abril de 2015

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903326

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da EcoSteel Gestão de Efluentes Industriais S.A.

ECOSTEEL DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S.A.

na qualidade de Emissora

Nome: **Rafael Negrão Rossi**
Cargo: **Diretor**

Nome: **Bruno Neiva Maracajá**
Cargo: **Diretor**



1903327

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da EcoSteel Gestão de Efluentes Industriais S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

Nome:

Cargo: **Kelson Thales Cruzelro Prates**
Procurador

Testemunhas:

Nome:

RG: **Jessé Bispo Santos**
RG 42.123.795-8 SSP-SP
CPF 218.108.948-59

Nome:

RG: **José Luis da Fonseca**
RG: 28.695.413-8 SSP-SP
CPF: 213.904.308-12

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1




1903328

ANEXO I

DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

Número da Parcela de Juros Remuneratórios	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios
1ª parcela	15-julho-15
2ª Parcela	15-outubro-15
3ª parcela	15-janeiro-16
4ª parcela	15-abril-16
5ª parcela	15-julho-16
6ª parcela	15-outubro-16
7ª parcela	15-janeiro-17
8ª parcela	15-abril-17
9ª parcela	15-maio-17
10ª parcela	15-junho-17
11ª parcela	15-julho-17
12ª parcela	15-agosto-17
13ª parcela	15-setembro-17
14ª parcela	15-outubro-17
15ª parcela	15-novembro-17
16ª parcela	15-dezembro-17
17ª parcela	15-janeiro-18
18ª parcela	15-fevereiro-18
19ª parcela	15-março-18
20ª parcela	15-abril-18
21ª parcela	15-maio-18
22ª parcela	15-junho-18
23ª parcela	15-julho-18
24ª parcela	15-agosto-18
25ª parcela	15-setembro-18
26ª parcela	15-outubro-18
27ª parcela	15-novembro-18
28ª parcela	15-dezembro-18
29ª parcela	15-janeiro-19
30ª parcela	15-fevereiro-19
31ª Parcela	15-março-19
32ª parcela	15-abril-19
33ª parcela	15-maio-19
34ª parcela	15-junho-19
35ª parcela	15-julho-19


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



72

36ª parcela	15-agosto-19
37ª parcela	15-setembro-19
38ª parcela	15-outubro-19
39ª parcela	15-novembro-19
40ª parcela	15-dezembro-19
41ª parcela	15-janeiro-20
42ª parcela	15-fevereiro-20
43ª parcela	15-março-20
44ª parcela	15-abril-20
45ª parcela	15-maio-20
46ª parcela	15-junho-20
47ª parcela	15-julho-20
48ª parcela	15-agosto-20
49ª parcela	15-setembro-20
50ª parcela	15-outubro-20
51ª parcela	15-novembro-20
52ª parcela	15-dezembro-20
53ª parcela	15-janeiro-21
54ª parcela	15-fevereiro-21
55ª parcela	15-março-21
56ª parcela	15-abril-21
57ª parcela	15-maio-21
58ª parcela	15-junho-21
59ª parcela	15-julho-21
60ª parcela	15-agosto-21
61ª parcela	15-setembro-21
62ª parcela	15-outubro-21
63ª parcela	15-novembro-21
64ª parcela	15-dezembro-21
65ª parcela	15-janeiro-22
66ª parcela	15-fevereiro-22
67ª parcela	15-março-22
68ª parcela	15-abril-22
69ª parcela	15-maio-22
70ª parcela	15-junho-22
71ª parcela	15-julho-22
72ª parcela	15-agosto-22
73ª parcela	15-setembro-22
74ª parcela	15-outubro-22
75ª parcela	15-novembro-22
76ª parcela	15-dezembro-22
77ª parcela	15-janeiro-23
78ª parcela	15-fevereiro-23

B K
JF


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



79ª parcela	15-março-23
80ª parcela	15-abril-23
81ª parcela	15-maio-23
82ª parcela	15-junho-23
83ª parcela	15-julho-23
84ª parcela	15-agosto-23
85ª parcela	15-setembro-23
86ª parcela	15-outubro-23
87ª parcela	15-novembro-23
88ª parcela	15-dezembro-23
89ª parcela	15-janeiro-24
90ª parcela	15-fevereiro-24
91ª parcela	15-março-24
92ª parcela	15-abril-24
93ª parcela	15-maio-24
94ª parcela	15-junho-24
95ª parcela	15-julho-24
96ª parcela	15-agosto-24
97ª parcela	15-setembro-24
98ª parcela	15-outubro-24
99ª parcela	15-novembro-24
100ª parcela	15-dezembro-24
101ª parcela	15-janeiro-25
102ª parcela	15-fevereiro-25
103ª parcela	15-março-25
104ª parcela	15-abril-25
105ª parcela	15-maio-25
106ª parcela	15-junho-25
107ª parcela	15-julho-25
108ª parcela	15-agosto-25
109ª parcela	15-setembro-25
110ª parcela	15-outubro-25
111ª parcela	15-novembro-25
112ª parcela	15-dezembro-25
113ª parcela	15-janeiro-26
114ª parcela	15-fevereiro-26
115ª parcela	15-março-26
116ª parcela	15-abril-26
117ª parcela	15-maio-26
118ª parcela	15-junho-26
119ª parcela	15-julho-26
120ª parcela	15-agosto-26
121ª parcela	15-setembro-26


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903331

122ª parcela	15-outubro-26
123ª parcela	15-novembro-26
124ª parcela	15-dezembro-26
125ª parcela	15-janeiro-27
126ª parcela	15-fevereiro-27
127ª parcela	15-março-27
128ª parcela	15-abril-27

261

72

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1

25



ANEXO II

DATAS DE AMORTIZAÇÃO

Número da Parcela de Amortização	Data de Pagamento da Parcela de Amortização	Percentual do Principal a ser Amortizado
1ª parcela	15-abril-17	0,4114%
2ª parcela	15-maio-17	0,4158%
3ª parcela	15-junho-17	0,4202%
4ª parcela	15-julho-17	0,4246%
5ª parcela	15-agosto-17	0,4644%
6ª parcela	15-setembro-17	0,4687%
7ª parcela	15-outubro-17	0,4732%
8ª parcela	15-novembro-17	0,4776%
9ª parcela	15-dezembro-17	0,4821%
10ª parcela	15-janeiro-18	0,4867%
11ª parcela	15-fevereiro-18	0,4912%
12ª parcela	15-março-18	0,4959%
13ª parcela	15-abril-18	0,5005%
14ª parcela	15-maio-18	0,5052%
15ª parcela	15-junho-18	0,5100%
16ª parcela	15-julho-18	0,5148%
17ª parcela	15-agosto-18	0,5197%
18ª parcela	15-setembro-18	0,5245%
19ª parcela	15-outubro-18	0,5295%
20ª parcela	15-novembro-18	0,5345%
21ª parcela	15-dezembro-18	0,5395%
22ª parcela	15-janeiro-19	0,5446%
23ª parcela	15-fevereiro-19	0,5497%
24ª parcela	15-março-19	0,5549%
25ª parcela	15-abril-19	0,5601%
26ª parcela	15-maio-19	0,5654%
27ª parcela	15-junho-19	0,5707%
28ª parcela	15-julho-19	0,5761%
29ª parcela	15-agosto-19	0,5815%
30ª parcela	15-setembro-19	0,5870%
31ª parcela	15-outubro-19	0,5925%
32ª parcela	15-novembro-19	0,5981%
33ª parcela	15-dezembro-19	0,6037%
34ª parcela	15-janeiro-20	0,6094%
35ª parcela	15-fevereiro-20	0,6151%
36ª parcela	15-março-20	0,6209%
37ª parcela	15-abril-20	0,6268%

R\$

73

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903333

38ª parcela	15-maio-20	0,6327%
39ª parcela	15-junho-20	0,6386%
40ª parcela	15-julho-20	0,6447%
41ª parcela	15-agosto-20	0,6507%
42ª parcela	15-setembro-20	0,6569%
43ª parcela	15-outubro-20	0,6630%
44ª parcela	15-novembro-20	0,6693%
45ª parcela	15-dezembro-20	0,6756%
46ª parcela	15-janeiro-21	0,6819%
47ª parcela	15-fevereiro-21	0,6884%
48ª parcela	15-março-21	0,6949%
49ª parcela	15-abril-21	0,7014%
50ª parcela	15-maio-21	0,7080%
51ª parcela	15-junho-21	0,7147%
52ª parcela	15-julho-21	0,7214%
53ª parcela	15-agosto-21	0,7282%
54ª parcela	15-setembro-21	0,7350%
55ª parcela	15-outubro-21	0,7420%
56ª parcela	15-novembro-21	0,7490%
57ª parcela	15-dezembro-21	0,7560%
58ª parcela	15-janeiro-22	0,7631%
59ª parcela	15-fevereiro-22	0,7703%
60ª parcela	15-março-22	0,7776%
61ª parcela	15-abril-22	0,7849%
62ª parcela	15-maio-22	0,7923%
63ª parcela	15-junho-22	0,7997%
64ª parcela	15-julho-22	0,8073%
65ª parcela	15-agosto-22	0,8149%
66ª parcela	15-setembro-22	0,8225%
67ª parcela	15-outubro-22	0,8303%
68ª parcela	15-novembro-22	0,8381%
69ª parcela	15-dezembro-22	0,8460%
70ª parcela	15-janeiro-23	0,8540%
71ª parcela	15-fevereiro-23	0,8620%
72ª parcela	15-março-23	0,8701%
73ª parcela	15-abril-23	0,8783%
74ª parcela	15-maio-23	0,8866%
75ª parcela	15-junho-23	0,8949%
76ª parcela	15-julho-23	0,9034%
77ª parcela	15-agosto-23	0,9119%
78ª parcela	15-setembro-23	0,9205%
79ª parcela	15-outubro-23	0,9291%
80ª parcela	15-novembro-23	0,9379%


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



81ª parcela	15-dezembro-23	0,9467%
82ª parcela	15-janeiro-24	0,9556%
83ª parcela	15-fevereiro-24	0,9646%
84ª parcela	15-março-24	0,9737%
85ª parcela	15-abril-24	0,9829%
86ª parcela	15-maio-24	0,9921%
87ª parcela	15-junho-24	1,0015%
88ª parcela	15-julho-24	1,0109%
89ª parcela	15-agosto-24	1,0204%
90ª parcela	15-setembro-24	1,0300%
91ª parcela	15-outubro-24	1,0397%
92ª parcela	15-novembro-24	1,0495%
93ª parcela	15-dezembro-24	1,0594%
94ª parcela	15-janeiro-25	1,0694%
95ª parcela	15-fevereiro-25	1,0794%
96ª parcela	15-março-25	1,0896%
97ª parcela	15-abril-25	1,0999%
98ª parcela	15-maio-25	1,1102%
99ª parcela	15-junho-25	1,1207%
100ª parcela	15-julho-25	1,1312%
101ª parcela	15-agosto-25	1,1419%
102ª parcela	15-setembro-25	1,1526%
103ª parcela	15-outubro-25	1,1635%
104ª parcela	15-novembro-25	1,1744%
105ª parcela	15-dezembro-25	1,1855%
106ª parcela	15-janeiro-26	1,1967%
107ª parcela	15-fevereiro-26	1,2079%
108ª parcela	15-março-26	1,2193%
109ª parcela	15-abril-26	1,2308%
110ª parcela	15-maio-26	1,2424%
111ª parcela	15-junho-26	1,2541%
112ª parcela	15-julho-26	1,2659%
113ª parcela	15-agosto-26	1,2778%
114ª parcela	15-setembro-26	1,2898%
115ª parcela	15-outubro-26	1,3020%
116ª parcela	15-novembro-26	1,3142%
117ª parcela	15-dezembro-26	1,3266%
118ª parcela	15-janeiro-27	1,3391%
119ª parcela	15-fevereiro-27	1,3517%
120ª parcela	15-março-27	1,3644%
121ª parcela	15-abril-27	Saldo do Valor Nominal Unitário
Total		100,0000%


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ECOSTEEL GESTAO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS S A
Nire: 33300314326
Protocolo: 0020151239797 - 22/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C79EFF17CB61BA8AB50718264F9B80B14B8E0C56971DF8C91F0FCB5A2D15148
Arquivamento: ED33000616-000/1



1903335

ANEXO III

ÍNDICES FINANCEIROS

- 1) O Agente Fiduciário acompanhará anualmente, com base nas informações a serem apresentadas pela Emissora, no prazo e forma estabelecidos nesta Escritura de Emissão, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social consolidadas da Emissora, o atendimento, pela Emissora, dos seguintes Índices Financeiros, considerando que a primeira verificação deverá ser realizada com as informações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2017.

ÍNDICE 1

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida sem Caixa (conforme abaixo definido): igual ou superior a 1,20x.

ÍNDICE 2

Não tomada de novas dívidas pela Emissora, exceto: (i) dívidas de reposição de ativos fixos, no montante igual ou agregado, de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (ii) dívidas para capital de giro, no montante igual ou agregado, de R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); (iii) mútuos com partes relacionadas ou adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), desde que os recursos provenientes de tais mútuos ou AFAC: (iii.1) sejam utilizados pela Emissora exclusivamente na construção da ETE; e (iii.2) sejam no valor máximo, individual ou agregado, de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e (iv) quaisquer outras dívidas ou AFAC emitidos ou realizados para fins de Aporte, conforme definido no Contrato de Suporte), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Suporte. Considerando os 2 (dois) limites mencionados nos subitens (i) e (ii), a Emissora poderá onerar ativos fixos novos adquiridos.

DEFINIÇÕES:

"Índice de Cobertura do Serviço da Dívida sem Caixa" ou "ICSD": calculado com base nos 12 (doze) meses anteriores ao fechamento das demonstrações financeiras da Emissora, anuais auditadas, com a primeira data de cálculo ocorrendo no exercício findo no primeiro 31 de dezembro, após o vencimento de, pelo menos, 12 (doze) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures e de toda e qualquer dívida, financiamento ou obrigação onerosa da Emissora, com base na fórmula abaixo:

§

27

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1903336

29
1

ICSD = Geração de Caixa da Atividade/Serviço da Dívida, sendo que:

"Geração de Caixa da Atividade": significa o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, subtraídas as quantias devidas a título de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IR") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") no mesmo período, e adicionada a Variação de Capital de Giro (conforme abaixo definido);

"EBITDA": resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do Resultado Não Operacional¹, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

"Variação de Capital de Giro": significa a diferença entre a Necessidade de Capital de Giro (conforme abaixo definido) apurada ao final do ano em questão e a Necessidade de Capital de Giro (conforme abaixo definido) apurada ao final do ano anterior;

"Necessidade de Capital de Giro": significa a diferença entre: (i) o ativo circulante, deduzido o somatório das aplicações financeiras de curto prazo e/ou caixa disponível da Emissora; e (ii) o passivo circulante menos o somatório, em uma determinada data, de todas as Obrigações Onerosas (conforme definido abaixo) da Emissora com terceiros;

"Serviço da Dívida": significa a soma do valor de juros e de amortização de principal de todas as Obrigações Onerosas da Emissora.

"Obrigações Onerosas": todos os empréstimos, financiamentos, e qualquer instrumento de mercado de capitais;

"Dívida Líquida": todas as Obrigações Onerosas deduzido o somatório das aplicações financeiras e investimentos de curto prazo, saldo disponível em Conta Reserva e/ou caixa disponível da Emissora;

"Saldo de Caixa e Equivalentes": significa a posição de caixa (excluindo o saldo em Conta Reserva) e equivalentes contidas nas demonstrações financeiras da Emissora.

¹ Entende-se como **"Resultado Não Operacional"**: venda de ativos; provisões / reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; *impairment* e despesas pontuais de reestruturação e dos ganhos por valor justo e/ou atualização de ativos sem efeito caixa.

Handwritten signature and initials.



1903337

- 2) Caso o ICSD deixe de ser atingido, conforme determinado acima, e desde que as condições descritas no item 3 abaixo sejam verificadas de forma cumulativa, os Debenturistas deverão, conforme decisão tomada em Assembleia Geral de Debenturistas, optar por:

- (i) incluir o caixa no cálculo do ICSD ("ICSD com Caixa"), sendo a nova fórmula do índice:

ICSD com Caixa = (Geração de Caixa da Atividade + Saldo de Caixa e Equivalentes – Aporte de Capital/Mútuo) / Serviço da Dívida; ou

- (ii) permitir a amortização parcial da dívida decorrente das Debêntures na medida necessária para reestabelecer o ICSD pactuado acima e desde que tal valor não exceda R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), apurados de forma individual ou agregada durante o prazo de vigência das Debêntures.

- 3) Em caso de eventual descumprimento do ICSD, os Debenturistas optarão, em Assembleia Geral de Debenturistas, acerca dos procedimentos descritos no item 2 acima, somente se: (a) a Emissora detiver caixa superior ou igual a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais); (b) o descumprimento do ICSD pela Emissora não tenha ocorrido por 3 (três) períodos de apuração consecutivos; e (c) o descumprimento do ICSD pela Emissora não tenha ocorrido por mais de 3 (três) períodos de apuração durante o prazo de vigência das Debêntures, independentemente da periodicidade de apuração. Se as condições descritas neste item 3 não forem verificadas, de forma cumulativa, o eventual descumprimento do ICSD implicará na ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado descrito na alínea (bb) da cláusula 6.1.1 desta Escritura de Emissão.

- 4) Caso não haja decisão tomada em Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 2 acima, ou ainda se tal Assembleia Geral de Debenturistas não for realizada, em primeira ou segunda convocação, fica desde já certo e ajustado que será aplicada a opção (ii) do item 2 acima, ou seja, a amortização parcial da dívida decorrente das Debêntures.

- 5) Para todos os fins e efeitos, durante o prazo de vigência das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora deve manter o ICSD e/ou o ICSD com Caixa igual ou superior a 1,20x para que não seja caracterizada a ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado descrito na alínea (bb) da cláusula 6.1.1 desta Escritura de Emissão.



1903338

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA (ITEM 6.1.1(i))

[DATA]

À Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Fazemos referência ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real da EcoSteel Gestão de Efluentes Industriais S.A.", celebrado em 13 de abril de 2015, entre EcoSteel Gestão de Efluentes Industriais S.A., na qualidade de emissora ("**Emissora**"), Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas ("**Escritura de Emissão**").

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável: (i) que estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e (ii) que a [cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações] da Emissora ocorrida em [-] de [-] de [-] não compromete a validade ou a exequibilidade do contrato de prestação de serviço na modalidade *take-or-pay* (*Service Agreement Relating to Treatment of Raw Effluents*) celebrado entre a Emissora e a TKCSA em 31 de março de 2015 ("**Contrato de Fornecimento**") ou o cumprimento das obrigações da Emissora, decorrentes no Contrato de Fornecimento, perante a TKCSA.

Rio de Janeiro, [-] de [-] de 201[-]

EcoSteel Gestão de Efluentes Industriais S.A.

Nome:

Cargo:

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral